

# Crise identitária: imagens de si do agente penitenciário, em entrevistas sobre o disciplinar<sup>1</sup>

Elizabeth Harkot-de-La-Taille\*

## RESUMEN

Este trabajo consiste en un estudio realizado, con herramientas de la semiótica discursiva, sobre siete entrevistas hechas a agentes del servicio penitenciario. El análisis de los contenidos temático y figurativo permite visualizar los valores subyacentes a la construcción, mantenimiento y transformación de la imagen que los entrevistados tienen de sí mismos. La articulación de esas imágenes conforma la identidad del sujeto del discurso. La identidad de los agentes está marcada por el hecho de asumir la vulnerabilidad frente al sistema penitenciario, los presos y la sociedad; también por la ausencia del reconocimiento de que los agentes de seguridad realizan un trabajo digno. Al defenderse de esa imagen denigrante, se construyen una identidad dudosa y oscilante; al asumirse como víctimas, consideran injusta la imagen de ser verdugos sin escrúpulos y se defienden, mientras que, paradójicamente, afirman que el buen agente penitenciario no debe tener escrúpulos; que debe actuar de modo arbitrario (incluso violento) para ser respetado por la población carcelaria.

Palabras clave: *agentes de seguridad penitenciaria; imagen de sí mismo; identidad; recorrido temático; recorrido figurativo.*

## ABSTRACT

From Greimasian semiotics perspective, this study examines seven interviews with prison wardens. Their thematic and figurative processes reveal some of the values underlying the subjects' discourse strategies for the construction, maintenance and transformation of the wardens' self-image, whose articulation we name the *discourse subjects' identity*. Such identity is based on the assumption of the subjects' vulnerability *vis-à-vis*

<sup>1</sup> Parte dos dados aqui apresentados foi coletada por Debora Rodrigues José Maria, em plano de trabalho de iniciação científica, sob nossa orientação, com apoio PIBIC-CNPq, 2001-2002.

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Correo electrónico: <beth.harkot@uol.com.br>.

the penitentiary system, society and the prisoners, as well as on the disregard to their occupation as a disrespectful one. As they defend themselves from this public image, their identity is pictured as dubious and unstable: considering themselves victimized by all, they reject their imputed unscrupulous cruel image as unfair, while they paradoxically assume the belief that any good prison warden must get rid of all kinds of scruples and act arbitrarily or even violently, in order to gain respect.

Key words: *prison wardens; self-image; identity; thematic processes; figurative processes.*

## I. INTRODUÇÃO

O estudo da dinâmica do desafio, pelo exame de sua sintaxe narrativa (Greimas, 1983) jogou as primeiras sementes para a semiótica discursiva, também conhecida como *greimasiana*, tornar-se campo de investigações sobre as paixões<sup>2</sup> (Greimas e Fontanille, 1991). Seguiram-se estudos, entre outros, sobre o medo e a vergonha (Fiorin, 1992); o cinismo (Fontanille, 1993); o poder como paixão (Hénault, 1994); os jogos sociais nos agenciamentos do eu e do outro (Landowski, 1989; Landowski, 1997); a tensão e a significação (Fontanille e Zilberberg, 1998), textos que se debruçam sobre questões-chave da relação sujeito/mundo/sentido (como vindo de *sentir*, ou como *significação*), a partir de textos diversos: literários, filosóficos, publicitários, jornalísticos, e outros. Tais estudos embasam, no momento, a investigação do efeito de sentido de identidade discursiva.<sup>3</sup>

Falar de si, de seus afazeres, de seus medos e desejos tem o efeito, entre outros, de criação de imagens pessoais do sujeito discursivo, imagens essas sujeitas ao crivo da moralização, no universo sociocultural, a cuja articulação chamamos “identidade do sujeito discursivo”, ou sua identidade discursiva. Se dotados de coordenadas socioculturais semelhantes e discorrendo sobre uma mesma questão, sujeitos comparáveis produzirão, no discurso, imagens pessoais comunicantes, capazes

<sup>2</sup> *Paixão*, por oposição a *ação*, pode ser considerada uma seqüência estereotípica de “estados de alma”, reconhecida e nomeada por um dado universo socioletal.

<sup>3</sup> Chamamos *Identidade discursiva* ao efeito de sentido de identidade produzido pela organização ou articulação das diversas imagens de si de um ou mais sujeitos, projetadas no e pelo discurso.

de produzir o efeito de sentido de identidade, no papel social que desempenham, dentro desse universo.

Em trabalhos anteriores, dedicamo-nos ao estudo da paixão vergonha (Harkot-de-La-Taille, 1999; Harkot-de-La-Taille, 2000), de suas relações com orgulho e honra (Harkot-de-La-Taille, 2001; Harkot-de-La-Taille, 2003; Harkot-de-La-Taille e Ferreira, 2002), do ancoramento e a construção das instâncias *eu* e *o outro*, nessas paixões, na circulação das imagens de si (Harkot-de-La-Taille e La Taille, 2004; Harkot-de-La-Taille, inédito). Gradativamente, vimos percorrendo o caminho da paixão em estado *bruto*, em diversos textos, para suas repercussões no discurso social, a partir dos efeitos de sentido de criação e manutenção de imagens pessoais, resultantes das ações e dos estados de alma do sujeito.

No presente trabalho, debruçamo-nos sobre os efeitos de sentido relativos à criação das imagens de si veiculadas por agentes de segurança penitenciária,<sup>4</sup> em entrevistas, por intermédio das estratégias discursivas de que lançam mão, articuladas com a descrição de sua atuação e de seus estados de alma, ao falar sobre a disciplina e o disciplinar, no dia-a-dia do presídio em que trabalham. Nosso foco principal é a produção de um esboço da identidade desses sujeitos: como projetam a si mesmos, aos colegas e à categoria profissional, no e por meio do discurso.

Acreditamos que o presente estudo encontra relevância social, na medida em que se debruça sobre as representações de si construídas por meio do falar de sujeitos que se entendem marginalizados pela sociedade, pelo sistema prisional e pela comunidade carcerária. Imersos em um universo penitenciário visto externamente como ineficiente e falido, a respeito do qual se destacam notícias, na mídia, sobre a superlotação, a inoperância e a corrupção, e em uma sociedade que teme, porém, cultiva o descrédito da justiça e a impunidade, obtemos um diagnóstico, ao menos inicial, de como tais sujeitos se vêem e se vêem vistos, como projetam no discurso a si mesmos e a sua categoria, em princípio, responsável pela reintegração de infratores no seio da sociedade.

<sup>4</sup> Profissionais responsáveis pela manutenção da disciplina, num presídio, com o objetivo de garantir a segurança dos sentenciados e dos funcionários do mesmo estabelecimento.

São sete as entrevistas em questão, sobre a disciplina e o disciplinar, extraídas de Lopes (1998), anexo 2. De um total de vinte e uma, optou-se pelo agrupamento composto pelo maior número de entrevistas oriundas de um mesmo estabelecimento, a Penitenciária de Guarulhos, SP, compondo um *corpus* de cerca de 120 páginas.

## II. MÉTODO

Em cada entrevista, procedeu-se a uma análise figurativa<sup>5</sup> e temática,<sup>6</sup> pois:

[...] as figuras estabelecem entre si relações, formam uma rede. Aliás, devemos ter sempre presente que *texto* quer dizer *tecido*. O que interessa, pois na análise textual, é esse encadeamento de figuras, esse tecido figurativo. [...] A esse encadeamento de figuras, a essa rede relacional reserva-se o nome de percurso figurativo. No texto, um conjunto de figuras lexicêmicas relacionadas compõe um percurso figurativo. Para que um conjunto de figuras ganhe um sentido, precisa ser a concretização de um tema que, por sua vez, é o revestimento de enunciados narrativos. Por isso, ler um percurso figurativo é descobrir o tema que subjaz a ele.<sup>7</sup>

Feitas as análises figurativa e temática de cada entrevista, buscou-se verificar a existência de isotopias<sup>8</sup> temático-figurativas interdiscursivas, isto é, verificar a existência de conjuntos de figuras e de temas recorrentes<sup>9</sup> que permeassem todo o *corpus* selecionado. De posse desse quadro, tópicos atinentes às imagens de si veiculadas emergiram, não mais como construção individual, mas de um grupo de sujeitos de mesmas

<sup>5</sup> As figuras são investimentos semânticos concretos, que “criam um efeito de realidade, pois constroem um simulacro da realidade, representando, dessa forma, o mundo” (Fiorin, 1990: 65).

<sup>6</sup> Em Fiorin, op. cit., p. 65, temas são “investimento semântico, de natureza puramente conceptual”.

<sup>7</sup> Fiorin, op. cit., p. 70.

<sup>8</sup> *Isotopia* refere-se à iteratividade de elementos (classemas) que conferem homogeneidade a um discurso-enunciado. Do ponto de vista semântico, a recorrência de categorias temáticas ou figurativas torna possível um ou mais crivos de leitura, elidindo ambigüidades.

<sup>9</sup> A um conjunto de figuras ou temas recorrentes, numa manifestação isotópica, dá-se o nome de *percurso figurativo* ou *percurso temático*.

coordenadas socioculturais. Esses tópicos, associados a estados de alma dos sujeitos, serviram-nos como indicadores do valor dessas mesmas imagens para o grupo em questão, em sua participação e circulação em sociedade, permitindo-nos inferir o efeito de sentido de *identidade* produzido.

Quanto à organização do presente texto, iniciamos por uma apreciação geral do desenrolar das entrevistas. Em seguida, apresentamos os temas e figuras principais desenvolvidos, em cada uma, isoladamente. Na discussão dos resultados, apontamos os temas recorrentes, na fala dos agentes em questão, assim como discutimos as imagens de si construídas, por meio dos valores subjacentes aos referidos temas. Em “Considerações finais”, propomos uma articulação dessas imagens de si, no esboço de uma identidade desse sujeito discursivo coletivo.

Finalmente, as entrevistas analisadas e seus respectivos sujeitos, todos de uma mesma unidade prisional de São Paulo, são referidos por ASP 2, ASP 6, ASP 8, ASP 11, ASP 12, ASP 13 e ASP 14 (ASP = Agente de Segurança Penitenciária, seguido do número relativo à entrevista, como figura no anexo 2 supracitado).

## III. DESENVOLVIMENTO

### A. Apreciação geral das entrevistas

As entrevistas inserem-se num mesmo padrão geral, com algumas particularidades: iniciam-se pela pergunta: “Eu gostaria que você me contasse como é o seu trabalho diário na disciplina [...]”, ao que sucedem respostas sobre a rotina de trabalho e as diversas atividades, seguidas de alusões às dificuldades no desempenho da função. Cumprida essa etapa formal inicial, enceta-se, no falar dos agentes, um enfoque crítico do fazer disciplinar, da atuação do conjunto dos agentes e das condições para o desempenho da função. Em seguida, as entrevistas evoluem para descrições de situações de trabalho enfrentadas pela categoria, nas quais são destacados relatos de episódios em torno de medição de forças, em relação aos presos e entre agentes penitenciários; episódios de retirada de poder do agente, por funcionários hierarquicamente superiores; e, inclusive, episódios de motins. Aqui, seis dos sete entrevistados

estabelecem uma posição de explícita crítica ao sistema, descrevendo-o como incapaz de promover a reabilitação do preso e, em parte, responsável pela geração de tensões, de injustiças e até mesmo de desequilíbrio emocional, nos agentes. Um agente apenas (ASP 13), para quem “[...] a prisão parece que não, mas a prisão ensina muitas coisas boas para o preso”<sup>10</sup> (p. 150) e “[a prisão] recupera [o preso]” (p. 151), mantém-se como seu defensor. Finalmente, discutem-se as imagens do agente penitenciário disseminadas pela sociedade e, em um caso, pela Comissão dos Direitos Humanos. Seis das sete entrevistas concluem-se em torno de como o sujeito vê a si próprio, atuante num contexto ao qual tece um grande número de críticas incisivas, enquanto uma (ASP 13) se mantém estritamente nos limites da descrição do fazer disciplinar.

Dentro desse universo discursivo, destacam-se referências a si mesmo, aos ASP em geral, ao Sistema Penitenciário (composto pela direção, chefia, vigilância, serviço médico, enfermagem), aos presos e à sociedade. Em ASP 11, inserem-se posições relativas à Comissão dos Direitos Humanos.

No início de cada entrevista, é possível entender-se a voz do agente como em sintonia com a do Sistema Penitenciário, na descrição das tarefas do dia-a-dia e das regras a serem impostas aos presos. Uma análise do discurso citado, porém, realizada em outro lugar,<sup>11</sup> aponta para uma oposição ao sistema penitenciário sutilmente construída em discurso indireto livre. Gradativamente, o falante se constitui em oposição a outros ASP, aos presos e à sociedade, além de, à exceção de ASP 13, em oposição explícita ao Sistema Penitenciário. Na entrevista com ASP 11, a Comissão dos Direitos Humanos figura também como um forte oponente. O jogo de oposições emergirá nas citações selecionadas, nos levantamentos e análises das unidades temáticas e figurativas principais, no próximo item.

<sup>10</sup> As citações sofreram correção fonética, em relação à sua transcrição, sendo mantidas as formulações em português não padrão.

<sup>11</sup> Elizabeth Harkot-de-La-Taille, “O discurso citado na configuração da identidade em agentes de segurança penitenciária”, inédito.

#### IV. TEMAS, FIGURAS E SEUS PERCURSOS

ASP 2 desenvolve três percursos temáticos principais, explicitados a seguir. O primeiro diz respeito ao desempenhar das funções. Dentro desse, aborda, marcadamente, quatro temas:

##### a) A rotina de trabalho:

[...] trabalhamos praticamente em conjunto, tentamos trabalhar em conjunto com a vigilância e a diretoria de segurança e disciplina. [...] A gente faz revistas periódicas, quer dizer, tudo o que envolve a segurança do pavilhão em que a gente se encontra, a gente é responsável pelo pavilhão, então a gente tem que verificar as atitudes estranhas do sentenciado [...] a gente que encaminha os pedidos deles de roupas, pedidos de medicamentos, encaminhamentos deles ao serviço médico [...] é um trabalho assim, abrir e fechar portão [...] o funcionário tem que estar atento a tudo que está ocorrendo em volta do ladrão [...] (p. 16).

##### b) O sistema penitenciário:

A gente não tem como cuidar do sentenciado como deveria, como manda as regras, a gente improvisa muito, tá?<sup>12</sup> Devido [à] falta de recursos que, no caso, nem precisa citar que está bem óbvio, né? (p. 16). Educar? Educar, é difícil falar que a gente educa, o indivíduo que cai num local como esse daqui dificilmente ele vai ter uma educação aqui, é mais fácil ele ter uma educação ao contrário, ou seja, se ele entrou aqui por um pequeno roubo, ele vai aprender como fazer grandes roubos, certo? (p. 25).

##### c) A disciplina, vista pelo viés da subserviência, comparada a colégios internos antigos:

[...] tem que andar com a mão para trás e a cabeça semi abaixada, certo? Em atitude de subserviência [...] em atitude de humildade

<sup>12</sup> “Tá”, forma abreviada para “está”, em pergunta, tem valor de verificação de confirmação, como “certo?” e “né?”.

[...] são essas coisas que antigamente, pelo que se comentam as pessoas antigas, era feito em colégios internos desses bem antigo [...] (p. 18).

d) As formas de tratamento, entre agentes e presos e vice-versa:

“Ô, Ladrão, vem aqui!” (p. 24); “Que é isso, Chefão” [...]. Seu funcionário [...] (p. 26); Eles chamam de senhor, seu Funcionário, Chefão, certo? Mestre, Mestrão [...] (p. 26).

O segundo percurso temático estabelece-se no jogo da medição de forças, a partir de cinco temas:

a) A vulnerabilidade dos presos e a humilhação, nas figuras da força, do medo e do terror:

Agora, referente à disciplina imposta pelos presos, pelos sentenciados, ela é regida pela força e pelo medo, tá? [...] Por causa de um, dois, três maços de cigarro muita gente já levou facada, né? Já se machucou [...] (p. 19). [...] muitas vezes esses sentenciados [213, estupro] são postos em uma situação de terror a ponto de trabalhar de graça para os outros [...] ele vive num regime de terror, certo? Isso quando não fazem coisas piores, ao invés de matar [...]. Bom, pode ocorrer violações físicas, pode ocorrer espancamentos, humilhações [...] (p. 20).

b) A vulnerabilidade do agente, com destaque às figuras da vingança e do ser humano *versus* animal:

[...] a adrenalina sobre demais, primeiro verifico os companheiros do lado, se estão todos bem, eu vejo que está faltando alguém a tensão sobe, a vontade é de pegar, entrar lá com um pedaço de porrete e arrebentar todo mundo para tirar o colega, caso ele esteja de refém [...] (p. 21). Eu mudo, certo? Eu não gosto de agressão física mas, nesse momento, estou disposto a tudo e os meus companheiros também. [...] Se tem funcionário de refém a gente tenta retirar, se não conseguir, a gente vai negociar, tudo, mas sempre naquela tensão e quanto mais o tempo passa, mais essa tensão aumenta e sempre torcendo para que o colega não se machuque, não aconteça nada de mal, mas também já imaginando

mil e uma formas de se vingar, infelizmente eu sou ser humano, os meus colegas são seres humanos [...] (p. 21). [...] o que o preso deve fazer quando condenado, ele deve ficar preso que nem animal? [...] do jeito que ele [preso] vem, ele vem como um animal e a gente, às vezes, é obrigado a se manter alerta como se esse animal estivesse sempre pronto a nos morder, a nos atacar (p. 22).

c) O controle, nas figuras da punição “independente”<sup>13</sup> e administrativa:

[...] é imposta uma punição independente, certo? [...] eu chego para ele na primeira vez e falo: ‘não faça!’ e [se] ele fizer e eu pegar na segunda vez, quebra ele de pau, ele não vai fazer mais [...] dependendo do tempo de cadeia que ele tem, a principal punição é atrapalhar o andamento do processo dele, certo? (p. 23).

d) A degradação física, psicológica e social do agente, nas figuras da neurose, do casamento e do alcoolismo:

[...] alguns ficam até em estado de choque, ficam tremendo depois, né? Às vezes, são obrigados até a ficar alguns dias sem vir para cadeia que qualquer barulho de porta eles já acham que já estão arrebentado o pavilhão, eles ficam um tanto neuróticos [...] (p. 22). É um trabalho árduo [...] de dez funcionários casados que entraram no sistema, quatro, hoje, não são mais, porque, de certa forma, essa atividade chega até a influenciar a parte psicológica do funcionário, de dez [...], pelo menos trinta por cento [...] temos colegas que estão com caso sério de alcoolismo [...] (p. 24).

e) O degradação simbólica do agente, nas figuras da imagem pública, do “esperto” *versus* “bobo” e do dominador *versus* dominado:

Você, muitas vezes, passa até por certas humilhações perante a sociedade [...] porque nós somos vistos como os funcionários que desce o cacete [...] (p. 24). Então tem outros [presos] que querem ser mais espertos que funcionário querem tirar o funcionário como bobo [...] (pp. 24-25). A gente sabe que, se agredir o sentenciado

<sup>13</sup> Punição extra-oficial, não prevista no regulamento.

[...] isso daí vai virar processo, logicamente o funcionário vai ser punido da forma legal, né? Por isso que a gente até evita que essas coisas ocorram ou, se ocorrem com a gente, sei lá! A gente fica, os que estão de fora ficam, de certa forma, constrangidos porque a gente sabe que a pessoa, o funcionário em si é uma boa pessoa, tem família, tem filhos, certo? A gente não vai pegar funcionário e punir a torto e a direito, certo? [...]. O funcionário é pressionado por tudo que é lado, por exemplo, é advogado que está aqui na frente aguardando o sentenciado [...] e o funcionário tem que ficar que nem um louco atrás desse preso para avisar que tem advogado aguardando. Se o preso demora para chegar, o advogado vai reclamar com chefia, com diretoria, e vem mais cobrança [...] (p. 27).

O terceiro percurso temático estabelece-se em torno do preso, com foco em sua reinserção social:

[...] eles [presos] são sobreviventes [...] são criativos, mas [...] quando sai lá fora essa criatividade toda parece que some, não é que some, eles jogam essa criatividade para o lado negativo [...] (p. 26).

Em ASP 6, dois percursos temáticos se destacam: medição de forças e insuficiência. Vejamos o primeiro, por três temas mais prementes:

a) A vulnerabilidade do agente, apresentada via despreparo e pressão:

[...] o funcionário, às vezes, sofre pressão do preso, o diretor cobra, quer dizer, todo o mundo cobra do funcionário [...]. E você acaba fazendo as coisas por intuição, muitas vezes [...]. Porque você não tem uma preparação adequada [...] você tem pressão de todos os lados [...] (p. 60). Você vai ser agente de segurança para disciplinar 600 presos, simplesmente, você é catado [...] e [...] jogado dentro do pavilhão, entendeu? (p. 61).

b) A humilhação, nas figuras do funcionário grotesco e do superior injusto:

[...] funcionário grotesco seria mal educado, não tratar o próprio companheiro de acordo como deveria tratar, por exemplo, você

quer passar, você já está na gaiola,<sup>14</sup> ali, você quer passar e é repreendido [...] você não sabe se é funcionário que está te perseguindo, se é [o] próprio diretor ou se é chefe, você não sabe se há um complô contra você [...] acontece muito na cadeia, né? De o próprio chefe caçar o funcionário, muitas vezes [...] (p. 66).

c) A degradação simbólica do agente, o “bobo” diante do preso e do sistema:

[...] pela maneira que ele [preso] se expressa, você acha que ele está tirando você como bobo [...] é perigo ele até tirar um barato da tua [do agente] cara (p. 67). [...] quando o preso chega educadamente mesmo quando você não pode arrumar, muitas vezes o hospital não tem remédio, você não pode falar que não tem! Você tem que usar a psicologia, sei lá, usar as idéias para poder tentar enrolar o preso de uma maneira que ele não perceba que não está em falta de remédio [...] então, você não vai falar “não” [...] porque o preso vai ficar tenso, vai ficar nervoso [...] (pp. 62-63).

A insuficiência permeia todo o texto, entrelaçada com a vulnerabilidade. É ela a causa do despreparo do agente e do surgimento do “funcionário grotesco”, acima, como de três novos temas que, mesmo interligados, separamos por esforço de clareza:

a) Material, nas figuras do remédio e da caneta, a “arma” do ASP:

[...] muitas vezes o hospital não tem o remédio, Você não pode falar que não tem! (p. 63). [...] até uma caneta, às vezes, para você escrever um preso, você tem que ir lá não sei onde para arrumar uma caneta [...] se você vai no almoxarifado, nas cadeias, por aí, é difícil ter caneta [...]. Eu mesmo, eu trago minha caneta de casa [...] (p. 64).

b) De poder; na figura da aplicação de punições:

[...] é difícil eu disciplinar um preso, por quê? Não dão condições para mim [...] disciplinar, por exemplo, a própria preparação, né?

<sup>14</sup> Parte da estrutura física da penitenciária, toda cercada por grades, que serve de ligação entre setores.

A gente não tem preparação para disciplinar um preso, às vezes, não sei por onde começar, muitas vezes acontece isso, eu não sei o que falar para o preso [...] (p. 60). É, por exemplo, o preso ele xingou um funcionário e o funcionário faz a parte,<sup>15</sup> manda para cima, né? Para as autoridades competentes [...]. Quando a parte chega nas autoridades competentes [...] ela volta como repreensão para você [...] (p. 60). Ele [o preso] fica naquela, ele dá boca dura com o funcionário, é mandado para falar com o diretor, e aí o diretor libera ele de novo para o pavilhão, quer dizer, o funcionário fica sem [...] que adiantou minha arma [a caneta]? Então muitas vezes o funcionário se revolta, fica abalado vendo uma situação dessas e acaba até se me permite a palavra, até matando o próprio preso, porque o preso joga ele lá embaixo como se não vale nada [...] (p. 65).

c) De reconhecimento, pela ausência de voz:

[...] quando há uma reunião entre psicólogos, diretores e tudo mais, para dar nota para determinado preso [...] o ASP que está ali no dia-a-dia não é consultado [...]. Ele fica praticamente jogado de lado, ninguém pensa em fazer ele participar dessa reunião (p. 65).

ASP 8 inicia sua entrevista pelo tema da rotina de trabalho, destacando tarefas do dia-a-dia:

A gente chega, meu horário é das nove às seis, só que a oficina são liberadas às oito e meia, depende da vigilância, da ordem, no setor de vigilância, aí eles entram, dão [o] crachá na nossa mão, passam pela revista e se dirigem aos seus setores [...]. Às quatro voltam, revistam, entrega o crachá e eles vão para as respectivas celas, no pavilhão (p. 79).

A partir desse ponto, desenvolve dois percursos temáticos principais. Do primeiro, a insuficiência, destacamos como temas centrais:

<sup>15</sup> "Fazer a parte" é o mesmo que "escrever", isto é, encaminhar, por escrito, anotação de sanção disciplinar.

a) Sistema penitenciário e a disciplina, nas figuras do Estado e dos agentes:

[a disciplina] não reabilita nunca. Porque eles [Estado] não dão assistência mesmo, entendeu? Assistência diária para o preso, psicológica [...] assistente social, também é muito importante [...] (pp. 79-80). A maioria, noventa por cento dos agentes penitenciários pensa assim, tipo, [o preso] tem que sofrer mais do que está sofrendo, porque a punição não é suficiente (p. 80). Simplesmente, a gente prende e deixa o cara cumprir a prisão sem nenhuma assistência [...] (p. 84).

b) A vulnerabilidade, na figura do despreparo do agente:

[...] vamos supor, tirar a maioria dos guardas porque são totalmente despreparados, né? Até eu sou despreparado [...] porque o curso, aqui, não é curso, é só um passatempo [...]. Tinha que ter um curso no mínimo de um ano, principalmente, curso na área psicológica e defesa pessoal [...] (p. 80). Falta de curso melhor, falta de planejamento, falta de qualidade no concurso [...]. Total, despreparo total (p. 82).

c) Degradação física, social e moral, na figura do agente:

Eu acho que o nível escolar [da maioria dos agentes] também é muito baixo. O pessoal é muito, são muito vulgar, é de nível muito baixo, aqui, né? [...] noventa por cento dos guardas sente prazer em bater, entendeu? [...] Não têm cultura, o pessoal não lê, não se diverte, o pessoal só sabe tomar cerveja e trabalhar em cadeia [...] (p. 83). [...] muito baixo o nível, aqui é muito fútil, muito chucro, muito bárbaro, muito ruim [...] tirando alguns, né? Tirando eu e alguns, eu me excluo, né? Isso daí, com esse contingente não dá, não dá, não [...] o pessoal só vê a frente [...] um burro. Não coloca aquele barato para não virar para o lado? Só olha para frente, não olham para o lado, não visualizam tudo (p. 85).

Destacamos três temas do segundo percurso, a medição de forças:

a) A conduta, no cotidiano, na figura do convívio:

É também o convívio entre os presos e os guardas, também é muito revanchismo, tipo, assim, cada guarda quer fazer justiça com as próprias mãos [...] (p. 80).

b) O controle do agente sobre o preso:

Por quê? [o preso é espancado] Para mostrar, tentar impor disciplina a força, mostrar que está impondo respeito, né? Pior que funciona, né?" (p. 81). [...] o espancamento acontece geralmente quando eles entram que é para mostrar que estão na penitenciária de Guarulhos [...] é para mostrar quem manda [...] o resto é totalmente normal, não há desrespeito (p. 86).

c) A humilhação, pelo tapa na cara:

Isso é humilhação, tapa na cara (p. 86). É porque, segundo eles, homem que é homem não apanha na cara, né? [...] Sei lá, acho que se toma um tapa na cara, acho que a pessoa não é nada [...] quer dizer que você não é nada. Agora soco, não, soco é força bruta, tapa na cara é mais sutil e fere mais do que soco (p. 87).

ASP 11 desenvolve os percursos temáticos da medição de forças, da imagem do preso e da imagem do agente. O primeiro constrói-se com base em:

a) As formas de tratamento:

[...] tem um ditado que diz a violência gera violência, não é? Tá, concordo, mas, para combater a força, só com uma força maior [...] e quem está na chuva é para se molhar [...] não é? [...]. Que formas e tal, você está falando no que diz respeito a, de vez em quando, tomar uns tapinhas, não é? (p. 109). Eu costumo falar assim, se eu não sei o nome do preso, eu falo assim: "Ô, Cidadão, por favor!", entendeu? (p. 110). Se eu já bati [em preso]? [risos] [...] já, já bati [...] (p. 116).

b) O sistema e a liberdade de conduta, na figura dos ASP:

Disciplinar um preso [...] depende de cada agente, depende de cada pessoa a forma de disciplina [...] eu converso sinceramente,

abertamente, explico para ele quais são as minhas regras [...] quais são as obrigações dele, entendeu? E quais são os direitos dele, também (p. 108). [...] a lei da vida é [...] a subsistência, então, se alguém for te atacar [...] você tem que se defender, isso é instintivo, né? Você se defende (p. 109). Eu tenho uma forma de me conduzir, de proceder [...] os outros colegas têm a forma deles [...] a lei não é esta, cada um responde por seus atos? (p. 110).

c) A vulnerabilidade:

[...] a forma de se conduzir sozinho é muito mais difícil, mas é muito mais garantida [...] algumas pessoas que chegam para trabalhar [...] são inseguras [...] [o preso] está te testando o tempo inteiro para ver se encontra alguma falha ou fraqueza sua [...] (p. 108). [...] Da condição de trabalho, então, é pressão daqui, pressão dali e, às vezes, acontece de a pessoa [agente] descarregar [...] (p. 110). Depois do que eu falar [...]. Vão querer me deter [...] me botar no pau de arara [...] até os direitos humanos vão virar caçador [risos] [...] (p. 122). [...] você tem que saber a hora de [...] atacar e [...] recuar [...] (p. 125).

O segundo percurso, a conduta do preso, retrata:

a) O preso ideal:

[...] tem que ser homem, se errar assume o erro [...] se acertar [...] sinal de que ele está se ressocializando [...] (p. 108).

b) A preso real:

É [...] existem aqueles que são [...] você percebe quando uma pessoa ela é atrevida, ela é entrona, não? (p. 111). Normalmente é [...] os presos são muito porcos, são porcos mesmo, são imundos [...] (p. 114).



E o último, em torno da imagem do ASP:

a) O controle *versus* a humilhação:

[...] bater na cara [...] não admito isso. Pode ser quem for [...] (p. 118). [...] prezo pela conduta, [...] pelo respeito [...]. Dificilmente eu vou tomar uma atitude [...] de chegar e dar um couro no cara [...] eu não costumo fazer isso sem dar explicações (p. 121).

b) A degradação simbólica:

E [...] vêm esses Direitos Humanos só dizendo hipocrisia [...] é sempre o agente que não tem razão, que é sempre o agente que é corrupto, [...] ou o policial da muralha que facilitou a fuga [...] (p. 122).

c) Resgatada:

[...] nós temos o poder, nós somos a lei aqui dentro, ditamos as regras e a diretoria confiou em nós [...] (p. 123).

d) A degradação profissional e social:

[...] pegamos um colega nosso, um colega não! Porque aquilo não é colega [...] um indivíduo[...] com droga [...]. Foi quebrado no pau [...]. Por traição [...] funcionário que se submeter a trazer droga, ele vai ficando de rabo preso (p. 124).

ASP 12 desenvolve dois grandes percursos temáticos, os da medição de forças e da imagem do ASP, enquanto apenas inicia o tema do sistema penitenciário. O percurso temático da medição de forças é desdobrável em:

a) A rotina de trabalho:

[O superior é] mais ou menos um modelo para o agente. É como se fosse um exemplo, né? Um faz o que o outro mais ou menos está fazendo, então, faz igual (p. 126).

b) A liberdade de conduta, na figura do ASP:

[...] cada um age da maneira que acha conveniente (p. 126).

c) A disciplina:

[...] essa disciplina é simplesmente para melhorar o trabalho do funcionário (p. 127).

d) O controle do agente sobre o preso:

Cela disciplinar [...]. Faz parte de infração, né? [...] se for pego com porte de droga ou [...] vai para a delegacia, faz a ocorrência, vai ser aumentada a pena dele e vai ser colocado aqui dentro no regime de cela disciplinar (p. 131). Sempre [apanha] quando chega, quando chega de bonde<sup>16</sup> de outros presídios [...] (p. 131).

e) As formas de tratamento e a humilhação, na figura do preso:

Perder a moral, ele tem que ficar abaixo, abaixo de se sentir ninguém [...] ele vai ter que se humilhar, vai ter que começar a ficar humilde [...] (p. 131). [...] é melhor já dar logo um corretivo, cela disciplinar, do que deixar humilhado, deixar em pé, olhando para a parede ou em pé no pátio, ou fazer o preso deitar e rolar [...]. Deitar e rolar como cachorro, né? Alguns a gente chega ao extremo de fazer isso [...] (p. 132). [...] tipo castigo com criança, deixar em pé olhando para a parede [...] todos os presos olhando ele sendo reprimido (p. 133).

f) A vulnerabilidade, na figura do agente:

Tá, tem no [Pavilhão] 1 também[...] se entendeu [...] a diretoria usa esses bandidão [...] para controlar [...] o pavilhão [...]. Tem um tipo de diretoria, não sei [...] algumas [...] faz uso dos bandidão mesmo, da pesada, que gosta do crime, que não sai do crime mesmo [...] (pp. 137-138).

<sup>16</sup> Bonde é sinônimo de transferência, solicitada ou imposta.

g) A humilhação, na figura do agente:

Enganado [...] [o ASP é] totalmente enganado [...] [a direção] te fala uma coisa e faz outra, prega um negócio e, tão fazendo outra totalmente ao contrário [...] você entendeu o que é isso? [...] Na frente de todo mundo! (p. 138). O agente fica de laranja mesmo, o preso ficar tirando, não tira porque é [...] sigilo, mas no fundo o preso está tirando o agente de bobo [...]. O preso está por dentro de tudo e o agente está fazendo papel de idiota [riso] [...] teve caso aí, caso que entrava droga, consentido, distribuição e tudo mais [...]. Até no hospital, na Santa Casa, se você diz que é carcereiro, você já é mal atendido até pelas enfermeiras [...] (p. 139).

O percurso em torno da imagem do agente comunica-se estreitamente com o anterior, o da medição de forças, porém, não se esgota nele. Aqui se encontram:

a) A degradação física:

[...] a gente passa a ser lerdo (p. 129). [...] eu já estou tomando três psicotrópicos por dia, eu não tomava isso [...] é o efeito daqui de dentro [...]. É muita tensão [...] a gente não consegue nem respirar direito [...] quando vê, está respirando pela metade [...] está sem ar por causa da [...] se sente sufocado (p. 140).

b) A degradação moral, simbólica:

[...] o ASP vai ficando envolvido com a malandragem (p. 135). [...] eu achava que ninguém mudava [...]. E o agente também não é um su [...] é ser humano, muda também [...] o funcionário vai ficando relapso (p. 139). Para se dar bem no sistema, seria a pessoa que não tem nenhum princípio religioso nem, que não liga muito para as coisas sabe, leva tudo de qualquer maneira, não pensa muito [...] um pouco egoísta [...] um coração duro mesmo [...] intransigente [...] (p. 140).

c) A imagem social:

A má fama que corre já [...] há muito tempo, carcereiro é faz trapalhada, pega dinheiro do preso é [...] tudo isso, todo mundo comenta, em qualquer botequim essa conversa corre [...] (p. 139).

Finalmente, o sistema penitenciário é apresentado como decadente, em necessidade de investimentos de várias ordens:

[...] então, fazer uma limpeza, pôxa, está muito sujo, alguém tem que tomar a iniciativa [...] tem que estar criando, por exemplo, o outro Chefe falou: "Vamos fazer um jardim, aqui na frente, vamos colocar outra mesa, vamos mudar o setor, aqui, vamos fazer uma limpeza fora do presídio" [...] (p. 141).

ASP 13 desenvolve três percursos temáticos: o desempenhar das funções, a medição de forças e a imagem do ASP. Do primeiro, destacamos os seguintes temas:

a) Formas de tratamento:

[...] [d]o preso respeitar o agente e o agente respeitar o preso porque, ele já está cumprindo a sentença dele [...] (p. 142). "Ô, sentenciado, por favor [...]". "Ô, senhor Funcionário [...]" (p. 146); [o preso tem que ser tratado] como preso. Ele tem liberdade? Não tem liberdade. Ele perdeu a liberdade dele, então, tem que ser tratado com o que ele merece, o direito que ele tem a gente vai dar [...] (p. 148).

b) A vocação profissional:

[...] eu tenho a maior vocação, eu entrei na área de segurança, principalmente, no estabelecimento penal, porque eu adoro, eu tenho vocação, eu gosto de serviço [...] trabalhar dentro, como eu expliquei, desde que pessoa entenda o direito e o dever, saber o direito do sentenciado e o dever do funcionário e vice-versa (p. 142).

c) A rotina de trabalho:

A minha equipe trabalha do meu modo, porque nós é subordinado a um chefe, porque nós trabalhamos é [...] cumprindo a norma daquele chefe, não o que nós queremos ou que nossa cabeça pensa, nós tem uma determinação e essa determinação é cumprida através do chefe, nosso superior (p. 143).

d) O sistema penitenciário:

[a prisão] recupera, e outra, para ter uma melhor recuperação dos presos, precisa ter o quê? Uma parte de administração melhor pela legislação das leis [...] (p. 151).

Em segundo lugar, reencontra-se o percurso da medição de forças. Destacamos:

a) A disciplina, por meio de sua operacionalização e do trabalho:

[...] nossa disciplina com o preso, é na base do quê? Do papel, uma infração, pega ele, dá um castigo nele que seria através do papel, faz um relatório, para nossa disciplina [...] (pp. 142-143). É trabalho, é a melhor parte, para recuperar um preso é trabalho. Porque o preso, enquanto ele está trabalhando, não está pensando em fuga, não está pensando em, às vezes, cometer um crime noutro [...] outro preso [...] (p. 151).

b) O controle do agente sobre o preso:

Assim, duma [dar uma?] sindicância para ele, pôr ele de castigo, vai pesar mais do que você pegar no preso e descer o cacete, bater, bater, até desmaiar ele (p. 142). Não, eu vou responder nada para o preso, ele vai falar, o que ele falar para mim, eu vou ouvir e vou passar para o meu superior, as providências quem vai tomar é o meu superior (p. 144). A outra maneira [de disciplinar, fora do regulamento] eu não posso explicar porque não estou na cabeça do outro (p. 145). [A punição dentro da cadeia] é a caneta [...] eu faço uma parte de infração, dou [...] ponho ele no castigo, porque

para isso existe o castigo [...]. O castigo vai [...] vai pegar [...] vai aumentar a pena dele [...] (p. 150).

Em terceiro lugar, a imagem do ASP:

a) O auto-controle, segundo o entrevistado:

[...] a pessoa tem que ter controle emocional, esse controle emocional é o que vai dar como você age (p. 144).

b) A degradação simbólica, segundo a sociedade:

É, porque o agente de segurança penitenciária são uns carrascos, ele bate no preso, ele tortura o preso [...] (p. 147).

ASP 14 desenvolve quatro percursos principais, o desempenhar das funções, a medição de forças, a imagem do agente penitenciário e a imagem do preso. O primeiro apóia-se principalmente nas formas de tratamento:

Respeitar ele para ser respeitado, né? Você tem que trabalhar assim, você respeita o preso para o preso respeitar [...] trabalho no sistema, eu respeito ele para ele me respeitar (p. 153).

Do segundo, a medição de forças, destacam-se:

a) A disciplina:

Disciplina é a gente escreve [...] e arruma testemunha, né, porque sozinho eu não posso escrever um preso só, tem que assinar o chefe, né? (p. 153).

b) O controle do agente sobre o preso, por meio da caneta, da vigilância, na figura do filho, e do bater, como "lição":

[...] se ele [preso] fez alguma coisa que não deve [...] eu tenho que escrever, né? (p. 153). É igual [...] tem filho, não tem? Quando está errado de vez em quando dá uma palmada, não é só conversar porque tem criança que não [...] tem conversa que não [...] dá uma palmadinha, né? (p. 154). [...] é igual a um filho [...] fica obser-

vando o dia inteiro o que eles estão querendo arrumar,<sup>17</sup> né? (p. 156). Escrevendo num papel a gente pode disciplinar eles, se eles não aceita isso, se não concorda, se for agressivo aí é diferente, a gente tem que [...] dar uma lição, né? (p. 157). O trabalho do agente é assim, se ele não vai dar trabalho para nós, não vai arrumar castigo para eles, né? [...]. Se eles começa arrumar faca, a gente tem que disciplinar eles, né? Se precisar bater, tem que bater [...] (p. 157).

c) A conduta abusiva:

Se for agressivo para trabalhar no pavilhão você não [...] vai conseguir [...] se o cara bate demais, não vai conseguir trabalhar no pavilhão [...] (p. 153).

A imagem do agente penitenciário é abordada por sua:

a) Vulnerabilidade, tanto diante dos presos, quanto face à sociedade:

Se eu moro perto da E. M.<sup>18</sup> [...] tenho que falar que moro lá em P [...], entendeu? Nunca pode falar onde mora, né? Você não sabe a intenção deles [presos], né? (p. 155). [...] Igual onde eu moro [...] ninguém sabe que eu trabalho aqui [...] eu não gosto de [...] entendeu? de comentar, porque onde eu moro é aqui em G [...] mais perto da favela [...]. Conhece o EM [...]? (p. 155).

b) Degradação física e psicológica:

A gente só pensar só aqui dentro, a gente fica [...] ruim da cabeça, né? Tem que ter uma [...] calma [...] (p. 15). [Família, amigos dizem] Que fiquei um pouco endurecido [...] eu digo não [...] tem uns que fica até maluco [...] fica doido dependendo do caso, né? [...] Porque tem hora que o nervo nosso chega a flor da pele, né? (p. 161).

<sup>17</sup> "Arrumar", aqui, tem o sentido de cometer infração.

<sup>18</sup> Escola Municipal.

c) Degradação profissional e simbólica:

[...] funcionário zica[...] é o que bate (pp. 154-155). [...] lá [na Casa de Detenção] não dá para trabalhar [...] é tanto envolvimento, né, que a gente ouve falar [...] funcionário com preso [...] envolve com tudo [...] para mim ali não dá para trabalhar, porque ou você entre e fica de fora, se você fica de fora é [...] pode pensar que você tem a língua muito comprida [...] (p. 163).

Finalmente, a imagem do preso é apresentada com o apoio de uma tipologia:

[...] ladrão cabeça (p. 154), é o preso que não procura causar problemas; preso zica é o que arruma para apanhar (p. 155); preso bom [...] é igual o filho (p. 155); matador (p. 156); e bola de meia [...] preso que dá para conversar [...] (p. 159).

QUADRO 1

TEMAS FREQUENTES ATINENTES À IMAGEM DO AGENTE PENITENCIÁRIO

Discussão dos resultados

Dentre os vários percursos desenvolvidos, optamos por selecionar os dez temas mais frequentes, aqueles abordados em, no mínimo, quatro entrevistas

Temas/ASP	2	6	8	11	12	13	14
Rotina de trabalho	X		X		X	X	X
Sistema penitenciário	X	X	X	X	X	X	
Disciplina	X		X		X	X	X
Tratamento	X			X		X	X
Controle	X	X	X	X	X	X	X
Humilhação	X	X	X	X	X		X
Conduta	X		X	X	X		X
Vulnerabilidade (ASP)	X	X	X	X	X		X
Degradação física/psicológica (ASP)	X		X		X		X
Degradação simbólica (ASP)	X	X	X	X	X	X	X

Tais temas são discutidos seguindo a ordem do mais geral para o mais específico, tendo como foco a construção discursiva das imagens do agente penitenciário. Iniciamos, portanto, pela rotina de trabalho dos ASP, composta de regras e funções a serem cumpridas dentro do Presídio,

impostas pela própria unidade em que trabalham: vários agentes falam da necessidade de respeito de ambas as partes (funcionário x preso), de manutenção da limpeza, de não alterar a voz, e outros. Suas funções englobam desde um simples cuidar do andamento do presídio a um *dialogar* com o sentenciado. O ato de observar também é um ponto fundamental em seu trabalho, para poder ter conhecimento de que o sentenciado está fazendo ou possivelmente planejando. Enceta-se, nesse item, a imagem de um agente em posição de domínio sobre o preso e sobre suas próprias ações e sentimentos, com o apoio do regulamento e do sistema prisional.

O segundo tema é o sistema penitenciário. Com exceção de um agente, o de número 13, o sistema destaca-se principalmente por sua insuficiência e ineficiência, principalmente, na figura do despreparo dos funcionários (agentes) para exercer tal função. Em uma das entrevistas (ASP 8), o agente propõe uma possível solução para sanar este problema: cursos capazes de transformarem o ASP em um reabilitador. Três agentes afirmam que os cursos existentes ficam muito aquém do desejável. Além disso, creditam a tal lacuna a necessidade de o agente desenvolver sua capacidade de improvisação ou de “jogo de cintura”, a fim de conseguir “manter a casa em ordem”, para controlar os sentenciados, quando em momentos de tensão (rebeliões, enfrentamentos) ou constrangimentos.

Quanto aos recursos para manter o poder, há referência ao superior hierárquico, em um caso, porém, é mais freqüente a idéia de que o despreparo e a improvisação conduzam a um acordo tácito, entre os agentes, segundo o qual “cada um é um” e age conforme “sua cabeça”, pois “cada cabeça é uma sentença”, inclusive, e principalmente, em situações de tensão, em que mesmo o espancamento do preso é visto como, se não aceitável, ao menos, não criticável. Introduce-se, na discussão do sistema penitenciário, uma relativização do domínio exercido pelo agente, no decorrer sobre as rotinas de trabalho. À relativização de seu poder efetivo associa-se o corporativismo: ASP não critica ASP por agir de maneira não conforme ao regulamento, a fim de manter a ordem.

Em terceiro lugar, a disciplina, tema de partida das entrevistas (sobre a disciplina e o disciplinar) é principalmente apresentada como falha: na ausência de um código de conduta, mesmo razoavelmente definido, ela somente serve para garantir o andamento do presídio. Com exceção

de ASP 13, a disciplina é repressora, infantilizadora e em nada contribui para a reabilitação do preso. Para ASP 13, se um agente não consegue “impor disciplina”, ele tem o recurso de enviar o caso para seu superior hierárquico e passar a responsabilidade da resolução do conflito para a instância de poder imediatamente superior. Para a maioria dos entrevistados, dentro das questões de disciplina, repetidamente, a referência à inexistência de código de conduta conduziria à vulnerabilidade do agente, ou seja, diante da pressão generalizada que sofre (presos, direção e sociedade), e, sendo uma célula isolada, o ASP acabaria por agir como bem entende, em relação ao preso, a fim de se proteger e esconder seus possíveis pontos fracos. A recusa de todos os entrevistados em julgar o ato de seus companheiros é passível de compreensão como interna a este quadro, uma vez que todos estariam desamparados, institucionalmente, na responsabilidade sobre a disciplina, e que haveria divergências de pensamentos e ações entre os mesmos, sobre as formas de lidar com os presos. Acirra-se, aqui, a dúvida sobre o efetivo poder do agente, para manter-se em condição de desempenhar suas funções.

Em quarto lugar, as formas de tratamento, descritas no decorrer das entrevistas, têm como ponto de partida a premissa do respeito. Empregam-se algumas fórmulas entre agentes e sentenciados, na comunicação cotidiana, das quais destacam-se, como usuais, para um sentenciado se dirigir a um agente: funcionário, senhor, mestre, mestrão, chefia; e para o agente se dirigir ao preso: ladrão, sentenciado, ou o número do código penal relativo ao crime pelo qual foi condenado ou número de matrícula. Se a premissa do respeito é evocada, na prática, porém, ela parece sem efeito: a última entrevista analisada (ASP 14) mostra claramente o discurso sobre sua necessidade e a ação nem sempre condizente: “Respeitar ele para ser respeitado, né?” (p. 153), e, mais adiante, em fala atribuída a um colega de trabalho: “Bato no preso assim [...] sem precisar [...]” (p. 162).

Mais do que atentar ao fato da incoerência, pensar sua natureza remete a valores socialmente difundidos: o agente, ao discorrer sobre o respeito devido e merecido, subscreve a um sistema de valores em cujo seio a dignidade do ser humano é concebida como um direito universal. Sua prática destoante, porém, aponta para um distanciamento entre pensar e agir, possivelmente, para um agente dilacerado entre o que

acredita (ou diz acreditar) defender, o respeito, e o que se vê defendendo, no dia-a-dia, a sobrevivência, a qualquer custo. Enfraquece-se, ainda mais, no horizonte, a imagem de domínio apoiado institucionalmente, no desempenho de uma função criada pela sociedade, para sua própria proteção.

A entrevista com ASP 2 explora a oposição homem x animal, em torno do alto grau de agressividade no interior do presídio. O agente em questão repete o pensamento corporativo, encontrado em todas as entrevistas, de recusa em julgar o comportamento violento ou abusivo de um colega, jamais considerado como uma atitude de má fé, mas sim como decorrente de uma fraqueza essencialmente humana. Paralelamente, o mesmo tipo de comportamento violento ou descontrolado, da parte de um preso, conduz à comparação com um animal. Desse modo, o agente que perde o controle e exagera no tratamento violento é apresentado como passando por um momento de fraqueza, como desculpável em sua conduta desviante, por ter sido levado a assim agir, em represália a algo insuportável. Neste ponto, se o pensar e o agir do ASP parecem ao leitor incomunicáveis, o agente os apresenta como complementares.

Ele se mostra integrado a um ideário em que o respeito é valor cultivado, porém, seu cotidiano o joga no conflito entre o humano e o animal, fazendo despontar sua falibilidade. Ele erra, é humano, mas, mesmo assim, se a perda de controle surge, no discurso do agente, de forma não valorizada, relacionada a uma fraqueza humana, já a violência, por sua vez, não é apresentada como necessariamente condenável, mas mesmo como parte de um tratamento de igual para igual: “[...] prezo pela conduta [...] pelo respeito [...]. Dificilmente eu vou tomar uma atitude [...] de chegar e dar um couro no cara [...] *eu não costumo fazer isso sem dar explicações*” (ASP 11: p. 121; grifo nosso). O respeito defendido adquire coloração distinta do difundido socialmente; seu poder de mando parece poder ser restabelecido, mesmo diante da falta de apoio institucional, mesmo diante de sua falibilidade, ao impor-se pela força, desde que explicando ao preso seus motivos, caracterizando, assim, uma forma de respeito. Ele surge como abandonado pela instituição; só, entre os colegas; em silêncio, sobre arbitrariedades, para não romper um acordo corporativo tácito e garantir silêncio sobre os próprios atos abusivos; fraco, assolado por dúvidas e falível.

O quinto tópico nos leva às formas de controle, uma categoria que permeia todas as entrevistas, de maneira recorrente. Pode ser figurativizada por intermédio da caneta; do castigo; da cela disciplinar; da pressão; mas também pela imposição pela força e espancamento. Parece ser consenso a admissão do bater como autodefesa, dentre as formas de controle empregadas.

A caneta é um instrumento de poder do agente para “escrever um preso”, isto é, fazer o relatório sobre um evento disciplinar, retardando sua saída do presídio. Este seria o recurso utilizado pelo ASP, quando a simples conversa não restabelece seu poder de mando. No entanto, quando a caneta não resolve a questão, muitos agentes admitem “bater como autodefesa”, para se impor. Há referências a diversos abusos, cometidos contra presos, porém, dentro do quadro, para o agente, da normalidade, pela necessidade de se impor pela força, a fim de não sucumbir. Por exemplo, três agentes assumem ser de praxe o preso passar por espancamento, em sua chegada ao presídio. Isto é visto como necessário, para torná-lo “humilde”, para não deixá-lo “ganhar moral” e entrar criando problemas com agentes e entre os presos. Reforça-se a imagem de fraqueza do ASP, principalmente na evocação da “punição antecipada”, por meio da qual, na chegada do preso, este é obrigado a curvar-se ao agente, pela força. Na impossibilidade de exercer domínio, em condições normais, o agente diminui o adversário já em seu ingresso para, com isso, ocupar uma posição correlata de força, artificialmente forjada.

O sexto tema, a humilhação, exige uma observação preliminar: vários atos considerados comuns e necessários, por parte significativa dos agentes, são também por eles considerados abusivos, como o xingar e o espancamento públicos, subseqüentes a um momento de grande tensão ou mesmo desespero. Esse tipo de humilhação se instala na dinâmica de não delação e ocorre no espectro da vingança, após um funcionário ter sido feito refém, ou ter sido surrado, ou violentamente enfrentado. Podem ocorrer, também, castigos de violência simbólica: “tipo castigo com criança, deixar em pé olhando para a parede, todos os presos olhando ele sendo repreendido” (p. 133), ou “fazer deitar e rolar como cachorro” (p. 132).

Dentro das formas de humilhação, entretanto, surge uma inaceitável:<sup>19</sup> o tapa na cara, considerado abominável, tanto pelos agentes, como pelos sentenciados. Aplicá-lo seria pior que xingamentos, socos, espancamento ou até mesmo a morte. O tapa na cara operaria a humilhação maior, insuportável. ASP 8 sustenta ser esse castigo revoltante e significar que o agredido se torna manipulável por qualquer um, pois passa a ser um “nada”. Ele resume: “homem que é homem não apanha na cara” (p. 87).

De maneira complementar, um agente que vier a agredir um sentenciado com um tapa no rosto —o soco no rosto surge como aceitável— passa a temer pela vida, pois o agredido somente poderá deixar de ser “nada” e voltar a ser “homem” por meio da vingança, na morte de seu agressor. O tapa na cara afeta a honra do sujeito e perdê-la acarreta a perda do direito de ser reconhecido como homem (Harkot-de-La-Taille, 1999: 88-89), como bem coloca Bourdieu (1968: 191): “El honor de un hombre es su honor. Ser y honor se confunden en él. El que ha perdido el honor, ya no es”. Toma espaço, aqui o homem, tanto na figura do preso, quanto na do carcereiro, na recusa do tapa na cara: se são distintos e opostos, nos papéis institucionais que ocupam, irmanam-se, enquanto homens, na proibição da punição desonrosa, que aniquila quem a recebe e apequena quem a aplica.

Por outro lado, o sentenciado não é o único a temer por sua honra. O agente se reconhece humilhado pela própria instituição, em episódios de retirada de poder, por um superior hierárquico, diante de presidiários. Ou, também, ao necessitar administrar o nervosismo de um sentenciado à espera de um remédio, em falta, na enfermaria, e que ficará em falta, provavelmente, por muito tempo. Ou quando necessita de uma caneta, para aplicar uma punição, e precisa correr diversas seções do presídio, em sua busca, até acabar preenchendo um pedido, a ser atendido em trinta dias. Ou quando é segregado, no hospital, ou na vida privada, por sua profissão. Pelo viés da humilhação, reconhecemos um sujeito, além de só, abandonado pela instituição, falível, enquanto profissional, também lutando por não ser diminuído, enquanto homem, diante dos outros homens, no sistema penitenciário, ou no mundo exterior.

<sup>19</sup> O fato de figurar como inaceitável, no discurso, em nada garante que não ocorra na prática. Um agente sentença: preso de hoje não se importa em levar tapa na cara.

Em sétimo lugar, abordamos a categoria da conduta, tanto dos agentes quanto dos presos. Os primeiros surgem dotados de liberdade para agir como bem entendem, porém, essa liberdade, que permite abusos, é ocasionada pela falta de preparo e de apoio institucional: na ausência de códigos de conduta e de validação das punições aplicadas, cada um “disciplina o preso” como pode, resolvendo como agir, no calor da hora.

No tangente aos sentenciados, destacam-se referências a suas “leis”, seu convívio, seus papéis, na hierarquia interna e, por último, a falta de higiene em seu redor. A relação entre os presos indica dividirem-se entre os poderosos e os submissos. Segundo as entrevistas ASP 2, ASP 11 e ASP 12, a “lei do preso” existe tanto entre presos como em relação a agentes e se impõe pelo medo. Às refeições, por exemplo, os presos impediriam os agentes de se aproximar, por considerá-los “sujos” (p. 127).

A referência à sujeira ou à falta de higiene é recorrente, tanto da parte dos presos em relação aos agentes —proibindo sua proximidade em momentos de refeição— quanto da parte dos agentes em relação aos sentenciados, para quem a “sujeira” seria uma característica do mundo dos presos, tidos como “porcos” e “imundos”. As formas da conduta dos presos delineiam um agente penitenciário posto de lado, manipulável, ou com poder limitado pelos presos “durões”, sem apoio do sistema penitenciário.

Em oitavo lugar, chegamos à vulnerabilidade do ASP a idéia de ser vítima em algum grau é desenvolvida em seis entrevistas. Por muitas vezes, surge a impotência, diante de uma rebelião:

[...] eu, infelizmente, eu estive numa rebelião, tinha pouco tempo de casa, fiquei assustado [...] vi amigos meus desesperados, também, para tirar outros colegas, lá de dentro, e senti o desespero dos familiares desses colegas que estavam lá dentro, e a gente se sente impotente [...] (ASP 2, p. 22).

Este mesmo tema reaparece atrelado às humilhações sofridas: como manter seu poder, se até a direção do presídio pode interferir e o desautorizar, diante dos presos, no exercício de sua função? Além da vulnerabilidade física, passível de os colocar face à morte, no cotidiano, ressentem-se também de vulnerabilidade moral, forte contribuinte para

o sentimento de degradação simbólica, principalmente, nos casos de conluio entre presos perigosos e direção. Ao ter seu poder de mando esvaziado por superiores, diante da comunidade carcerária, passa a ser visto como fraco, sem lugar institucional para manter a disciplina.

Não é apenas como vítima dos presos e do sistema penitenciário que o agente se vê, mas, também, da sociedade. Como resposta à pergunta se o preso é humilhado, na cadeia, ASP 11 rebate: “Você é dos Direitos Humanos, não é? [...]” (p. 117) e, mais adiante: “[...] a cadeia é uma imundície e os direitos humanos é uma farsa total [...] direitos humanos é cabide de emprego [...]” (p. 124). E o agente, como na corda bamba, entre a imundície da cadeia e a injustiça da sociedade, acusa: “E [...] vêm esses direitos humanos só dizendo hipocrisia [...] que é sempre o agente que não tem razão, que é sempre o agente que é corrupto [...] ou o policial da muralha que facilitou a fuga [...]” (p. 122).

A vulnerabilidade moral associada à humilhação sofrida provocam um efeito de sentido de inadequação, no mundo, que conduzirá ao último tema, a degradação simbólica. Antes, porém, examinemos degradação física e psicológica do ASP, no desempenho da profissão. A frustração profissional leva-o muitas vezes ao álcool, ou, em escala menor, às drogas ilícitas. Algumas entrevistas (ASP2, ASP12, ASP14) apresentam, como resultado das tensões e humilhações vividas repetidamente, o desenvolvimento de desvios de comportamento e de doenças, a ponto de alguns agentes precisarem sair em licença médica, serem medicados e terem que seguir tratamentos com tranqüilizantes de forte calibre. Surge, então, a fragilidade da pessoa, na forma de doenças ou vícios.

Finalmente, em último lugar, chegamos à degradação simbólica. Paralelamente à degradação física e psicológica, pelas doenças e vícios desenvolvidos, identifica-se, nas entrevistas, uma degradação simbólica (profissional, social ou humana), concretizada no sentimento de desonra. As imagens do agente, para si mesmo e para a sociedade, fazem-se tema presente em todas as entrevistas, explicitamente em seis e implicitamente em uma.

A entrevista 8 trata a degradação simbólica de forma implícita, ao falar das virtudes necessárias (“hombridade”, “firmeza”, “calma”), porém faltantes, ao agente e do não reconhecimento de seu trabalho, tanto da parte do sistema prisional, quanto da sociedade, que não veriam

sua profissão como digna. Os trechos citados permitem entrever que tal pressão generalizada, pela ausência de reconhecimento de seu trabalho, gera revolta, uma vez que o agente afirma procurar “trabalhar dignamente”. Uma decorrência da degradação simbólica é o segredo, como estratégia de autodefesa, cultivado sobre sua vida particular, em relação aos presos, e sobre seu trabalho, em relação à sociedade, a fim de esquivar-se de preconceitos e represálias. O agente prefere mentir sobre sua profissão, entre vizinhos e conhecidos, a enfrentar as críticas e o desprezo que lhe seriam dirigidos, se dissesse a verdade.

É comum a referência à sociedade decrevendo-os como carrascos desprezíveis, que surram e torturam o sentenciado a todo tempo, que se valem de sua profissão para tirar proveito dos presos. Estabelece-se, portanto, um conflito, para o agente, por ver-se representado pela sociedade de um modo que não condiz com que crê ser e, pior, quando assume crer ser “bom” e “justo”, exatamente como a sociedade prega, embora falível, como todo ser humano. Apresenta-se aprisionado num jogo entre a mentira (o que dizem dele e que não seria verdadeiro) e o segredo (o que diz de si e para o qual não encontra reconhecimento ou validação). Paradoxalmente, tal visão parece contribuir para que assumam a imagem que a sociedade lhe atribui como necessária para obter autoridade dentro do presídio, começando, se não pelo respeito, ao menos pelo medo. Encontra-se numa confrontação, num face a face com aquilo que não é mais, com a possibilidade da própria morte simbólica, no sentido das virtudes culturalmente defendidas. Landowski (1997, 131) fala de “[...] un non-être qui nous faisait être, une mort, réelle ou figurée, qui nous faisait vivre”. O agente de segurança penitenciária está em suspenso, face a si mesmo, entre um não-ser mais (o que diz ser) e um não-ser ainda (o que lhe é imputado). A degradação simbólica pode levar ao desespero, ou ao desejo de fuga ou abandono:

Aí, você fala assim: “Pôxa vida, o jeito é ir embora daqui [...]. Pô, mas você corre da luta?” não é que corre, entendeu? [...] Se você tem um barco que ele tem um furo no casco, você remenda, daqui um ano ele vai abrir o remendo, daqui a pouco você faz outro remendo e ele vai abrir de novo [...] e você está sempre naquela [...] (p. 125).



## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade discursiva do agente penitenciário, neste *corpus*, é constituída por um conjunto complexo de imagens de si conflitantes e complementares. Por um lado, inicialmente seguro de si, de seu papel e das condições para desempenhá-lo, mostra-se paulatinamente mais e mais vulnerável, fragilizado por meio das pressões sofridas, desde o despreparo do sistema penitenciário para a função, passando pelo desrespeito dos presos, chegando ao não reconhecimento da sociedade. Às vezes, por deficiências apontadas no sistema, sua vulnerabilidade se estampa, levando-o a se imiscuir com os presos, merecendo, então, desprezo e humilhação dos colegas de trabalho. Assume passar por transformações que afetam seu bem estar pessoal, tratando família e amigos inadequadamente, devido ao desequilíbrio emocional desenvolvido no trabalho, por não possuir um “coração duro” e ser um “ser humano”, leia-se, falível. Vê-se atingido em todos os níveis, culminando —no nível físico e psíquico— em doenças e —no nível simbólico— em uma quase morte, face à sociedade.

Por outro lado, devido à falibilidade assumida, tende a pensar que somente cultivando frieza ou um coração duro, quer dizer, não se preocupando em ser justo, mas, sim, em sobreviver, pode desempenhar bem suas funções, o que quase corresponde à imagem de si que a sociedade lhe remete. Por lhe parecer que a instituição retira-lhe o chão que pisa, deixando o agente esvaziado de poder e enfraquecido, à mercê dos presos, assume ser necessário bater, para se defender, e afirma que o modo eficaz de lidar com o preso e manter sua integridade física e psicológica é pela força bruta, liberada de princípios, posta em prática indiscriminadamente. Entretanto, mesmo se a reconhece existir, recusa-se a assumir a prática da humilhação maior, o “tapa na cara”, a aniquilação simbólica de outro homem, caminho para o perigo de morte e sinalizador de perda de valor daquele que o aplica. Assumi-lo sugere ter o valor de um suicídio simbólico, na medida em que, sem lugar institucional legitimado pela comunidade carcerária e sem lugar institucional ou social, no mundo externo, só o que lhe resta é sua “hombridade”, quesito no qual todos, no cárcere e fora dele, podem igualar-se, independentemente da posição que ocupam. “Hombridade” traz à tona o auto-respeito e

este conduz ao sentimento de honra, motivação essencial ao agir moral e, portanto, condição para a expressão do respeito pelas outras pessoas (La Taille, 2002). A preocupação com a imposição pela força e com a sobrevivência, aparentemente exacerbada, ainda assim remete aos limites do auto-respeito.

O caráter contraditório dessa identidade aflora em que o agente reconhece a imagem que a sociedade lhe imputa e dela se ressentido, mesmo se mostra acreditar ser ela a “ideal”. Em outras palavras, ele parece crer que não é como a sociedade o vê, mas que o agente “vencedor” assim o seria. Em suma, embora afirme esforçar-se para ser um “bom agente”, no sentido de justo e respeitoso, dando aos presos a melhor condição de recuperação, ao mesmo tempo mostra crer que o “bom agente” deve ser frio, impessoal, indiferente, duro e, até, injusto, para conquistar a autoridade necessária a seu trabalho e impor a submissão dos detentos. Trata-se de uma conciliação impossível: para ser respeitado em sociedade e no presídio —instituição criada pela sociedade—, deve ser humano e, ao mesmo tempo, duro; responsável e indiferente; justo e, se julgar necessário, injusto. E isso, sem crer ter de fato o lugar institucional de onde exercer o fazer disciplinar.

## BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. “El sentimiento del honor en la sociedad de Cabilia”. En *El concepto del honor en la sociedad mediterránea*, coordinado por J. G. Peristiany, 175-224. Barcelona: Editorial Labor, 1968.
- GREIMAS, Algirdas Julien. “Le défi”. En *Du sens II. Essais sémiotiques*. París: Seuil, 1983.
- GREIMAS, Algirdas Julien, y Jacques Fontanille. *Sémiotique des Passions: des états de choses aux états d’âme*. París: Seuil, 1991.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1990.
- . “Algumas considerações sobre o medo e a vergonha”. *Cruzeiro Semiótico*, no. 16, 1992, Porto: Fundação “Antonio de Almeida”.

- FONTANILLE, Jacques. "Le cynisme. Du sensible au risible". En *L'humour européen*, coordinado por M. Abramowicz, D. Bertrand, y T. Strózyński, vol. 1. Lublin/Sèvres: Druk, Zakład Usług Poligraficznych "TEKST", 1993.
- FONTANILLE, Jacques, y Claude Zilberberg. *Tension et signification*. Sprimont-Belgique: Mardaga, 1998.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. *Ensaio semiótico sobre a vergonha*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- . "Bref examen sémiotique de la honte". *Nouveaux Actes Sémiotiques* 12, núm. 67 (2000). Limoges: Pulim.
- . "Vergonha, orgulho e honra nos contos de Margaret Atwood". *Claritas* 7 (2000). São Paulo: Educ.
- . "A Formação, a mudança e a identidade. A identidade em transformação". En *Ensinando e aprendendo inglês na Universidade: formação de professores em tempos de mudança*, coordinado por T. Gimenez. Londrina: Abraui, 2003.
- . "O Eu e o Outro: um estudo semiótico da patemização em torno da circulação da imagem de si nos contos de Margaret Atwood e Alice Munro". Inédito.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth, y V. da C. Ferreira. "Vergonha, orgulho e honra em Alice Munro e em Margaret Atwood". En VI Congresso Internacional de Estudos Canadenses. Transculturalismos, 2001. Porto Alegre. Transculturalismos: VI Congresso Internacional da Abecan, 2002 (CD).
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth, e Yves La Taille. "A Construção ética e moral de si mesmo". En *Os sentidos de construção: o si mesmo e o mundo*, coordinado por M. T. Coelho de Souza. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- HÉNAULT, A. *Le pouvoir comme passion*. París: Presses Universitaires de France, 1994.
- LANDOWSKI, Eric. *La société réfléchi*. París: Seuil, 1989.
- . *Présences de l'autre*. París: Presses Universitaires de France, 1997.
- LA TAILLE, Yves. *Vergonha, a ferida moral*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- LOPES, Rosalice. "Atualidades do discurso disciplinar: a representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária Anexo 2". Tesis de Maestría. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1998.